

## DISCURSO 3: GOVERNANÇA DO OCEANO E A ECONOMIA AZUL: O NEXO CRÍTICO

**Apresentado pelo Chefe da Marinha de Guerra da África do Sul: Vice-Almirante Mosuwa Samuel Hlongwane MMS MMB**

### INTRODUÇÃO

O nexo<sup>1</sup> entre a “Economia Azul e Governança do Oceano” é crítico para o crescimento sustentável, o desenvolvimento social e ambiental do continente africano, conforme encapsulado nas várias estratégias e instrumentos legais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU), União Africana (AU) Agenda 2063, Estratégia Integrada Marítima da África (EIMA) 2050, Estratégia Integrada de Segurança Marítima (EISM) da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e várias outras estratégias das Comunidades Económicas Regionais (CERs).

A Economia Azul está ganhando força à medida que os governos estão cada vez mais implementando mecanismos para criar desenvolvimento econômico por meio da economia dos oceanos e, a fim de realizar os benefícios disso, exigirá a “Implementação” adequada do quadro jurídico e a “Ação” para garantir a Governança da Economia Azul.

O falecido Sr. Nelson Rolihlahla Mandela uma vez citou que:

“Ação sem visão é apenas passagem do tempo.

Visão sem ação é apenas devaneio,

Mas Visão com Ação pode mudar o mundo.”<sup>2</sup>

A Visão (Diretriz estratégica e quadro jurídico geral da Carta de Lomé), as ambições são claras, mas a implementação e aplicação delas são insuficientes, o que requer Ação.

A Governança dos Oceanos está intrinsecamente ligada à Economia Azul, pois é o Meio pelo qual a sustentabilidade pode ser garantida. Na promoção da Economia Azul, as questões-chave de importância são o aumento da expansão e integração dos Centros de Domínio Marítimo da África, permitindo uma segurança marítima eficaz. Assim como o Sistema de Gestão de Combate a bordo de plataformas navais, este centro neurológico faz interface com sensores e efetores estrangeiros e soberanos para agir. O mesmo conceito neurológico para os centros regionais de MDA é

---

<sup>1</sup> Okafor-Yarwood, I., Kadagi, N.I., Miranda, N.A.F., Uku, J., Elegbede, I.O. & Adewumi, I.J. The Blue Economy – Cultural Livelihood – Ecosystems Conservation Triangle: The African Experience. *Frontiers Marine Science*. 2020, 7,586.

<sup>2</sup> <https://www.goalcast.com>.

necessário para que as iniciativas de Segurança Marítima entrem em vigor e para que a Economia Azul prospere.

## **OBJETIVO**

O objetivo do artigo é discutir os conceitos de Governança do Oceano (GO) e Economia Azul (EA), sua relação indissociável e geração de opções para valorizar a GO e promover a EA.

## **ESCOPO**

O artigo irá discutir as questões de

- Identificar a relação entre a GO e a EA,
- A Visão Africana da EA, e
- Apresentar opções a serem consideradas para aprimorar a GO e promover a EA.

## **IDENTIFICANDO A RELAÇÃO ENTRE A GOVERNANÇA DO OCEANO E A ECONOMIA AZUL**

### **O que significa a Economia Azul?**

A ONU define a EA como “uma economia oceânica que visa melhorar o bem-estar humano e a equidade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”.<sup>3</sup>

A UA define a EA como “um desenvolvimento econômico sustentável dos oceanos usando técnicas como o desenvolvimento regional para integrar o uso dos mares e oceanos, costas, rios e águas subterrâneas para fins econômicos, incluindo, mas sem se limitar a pesca, mineração, aquicultura energética e transporte marítimo, protegendo o mar para melhorar o bem-estar social”<sup>4</sup>. A UA expande o conceito da EA das NU para incluir todas as atividades em todas as águas e, além disso, refere-se à EA como “a próxima fronteira da África” para cumprir os requisitos da Agenda de Desenvolvimento Africano 2063.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Lee, K., Noh, J and Khim, J.S. The Blue Economy and the United Nations’ sustainable development goals: Challenges and opportunities, *Environment International* 137, (2020).

<sup>4</sup> Africa Blue Economy Strategy. [https://www.au-ibar.org/sites/default/files/2020-10/sd\\_20200313\\_africa\\_blue\\_economy\\_strategy\\_en.pdf](https://www.au-ibar.org/sites/default/files/2020-10/sd_20200313_africa_blue_economy_strategy_en.pdf).

<sup>5</sup> Okafor-Yarwood, I., Kadagi, N.I., Miranda, N.A.F., Uku, J., Elegbede, I.O. & Adewumi, I.J. The Blue Economy – Cultural Livelihood – Ecosystems Conservation Triangle: The African Experience. *Frontiers Marine Science*. 2020, 7,586.

O foco da EA é a exploração econômica sustentável do ambiente marítimo. A Carta sobre a Segurança e Proteção Marítima e Desenvolvimento na África (Carta de Lomé), define o termo EA como aquele que:

“Abrange atividades econômicas de espaços marinhos e aquáticos em oceanos, costas, mares, rios, lagos, águas subterrâneas, pântanos, várzeas e recursos hídricos associados”<sup>6</sup>

Os governos africanos estão cada vez mais implementando uma economia azul ou baseada no oceano como uma estratégia para criar desenvolvimento econômico com vista a melhorar o bem-estar humano e a equidade social, enquanto reduzem significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”.<sup>7</sup>

Globalmente, o conceito da EA é reconhecido como estando no centro do desenvolvimento sustentável, incorporando benefícios socioeconômicos e conservação ecológica, no entanto, no continente africano, muita ênfase é colocada em ganhos econômicos.<sup>8</sup> Isso resulta na superação de meios de subsistência tradicionais e operações locais de pequena escala por empresas internacionais e iniciativas governamentais, com pouca ou nenhuma consideração pela inclusão social e sustentabilidade ambiental, algo que iniciativas como a Operação PHAKISA<sup>9</sup> está tentando eliminar por ser uma abordagem integrada para acelerar a EA na África do Sul.

Além disso, os elementos da EA incluem:

- Recursos. Tendo olhado para as várias definições da EA, torna-se claro que os recursos desempenham um papel significativo na garantia de uma EA sustentável para a ‘África que queremos’. A gestão e proteção de recursos em relação à EA são fundamentais para a gestão e proteção críticas do domínio marítimo. Capacidades para acessar e proteger recursos, expandir a infraestrutura e a rede de capacidade para acessar e atender às demandas do mercado global e africano.

- Acessibilidade ao comércio. As economias e meios de subsistência das nações costeiras e terrestres dependem do acesso às rotas comerciais, seja por meio de portos, pontos de entrada e, especialmente, por meio da cooperação entre as nações em nível regional e continental. O Acordo de Livre Comércio Continental Africano, que ainda está para ser realizado, é importante para garantir que as rotas comerciais através dos oceanos ao redor do continente tornem a acessibilidade muito mais fácil e apoiem o comércio intra-africano. Com mais de 100 portos na África, dos quais 52 lidam com contêineres e comércio transnacional, expandir e conectar o

---

<sup>6</sup> Seventeenth Regular Session of the African Ministerial Conference on the Environment (AMCEN). 2019. Advancing the Sustainable Blue (ocean-based) Economy in Africa.

<sup>7</sup> Ibid. 2019.

<sup>8</sup> Okafor-Yarwood, I., Kadagi, N.I., Miranda, N.A.F., Uku, J., Elegbede, I.O. & Adewumi, I.J. The Blue Economy – Cultural Livelihood – Ecosystems Conservation Triangle: The African Experience. *Frontiers Marine Science*. 2020, 7,586.

<sup>9</sup> Operation Phakisa was established in 2014 RSA as an initiative to fast track the implementation of critical development issues, such as the National Development Plan 2030 which addresses issues of poverty, unemployment and inequality. The BE was the vision to exploit a new frontier which, if accessed and effectively executed would address these fundamental issues making significant strides for the GDP of the country.

comércio de forma sustentável é essencial. A infraestrutura inclui não apenas ferrovias, estradas e redes portuárias, mas também a expansão das redes de energia e das redes de fibra / comunicações.<sup>10</sup>

- **Benefício de Economia/Previdência Social.** O comprimento total da costa torna o domínio marítimo africano extremamente importante do ponto de vista económico, de segurança alimentar e de emprego. A economia marítima do continente compreende aproximadamente 90% do comércio e acesso a novos recursos ou desenvolvimento de novas indústrias, como na aquicultura, tecnologias de energia renovável marinha para métodos alternativos de produção de energia, produtos biológicos e serviços de apoio para estes, direta ou indiretamente, aumentar a economia e reduzir desemprego.<sup>11</sup> A melhoria da Previdência Social como resultado de uma economia segura, estável e em crescimento tem um impacto positivo no bem-estar geral e social dos seus cidadãos, permitindo ainda menos dependência no Estado para apoio e o financiamento resultante realocado para desenvolver os imperativos nacionais.

- **Sustentabilidade.** A sustentabilidade se estende por todo o espectro de proteção ambiental / questões de extração, como proteção marinha (água costeira e interna), planejamento espacial marinho, gestão da zona costeira, monitoramento e avaliação de estoques de peixes, pesca ilegal não regulamentada e não relatada (IUU), pesca excessiva até questões de sustentabilidade econômica em termos de expansão da infraestrutura e crescimento dos setores econômicos<sup>12</sup>. Sustentabilidade é o fio condutor de toda a EA.

- **Conceito de “Compre o” e Vontade Política.** Uma abordagem integrada e holística que inclui comunidades dentro de iniciativas de EA, a fim de obter a adesão local ao conceito de EA, como comunidades pesqueiras e as populações locais, isso inclui parcerias públicas privadas, instituições acadêmicas e de pesquisa e fusão de envolvimento interdepartamental / governamental, contribuindo igualmente para o esforço principal. A Operação Phakisa é um bom exemplo dessa abordagem integrativa e inclusiva por design.<sup>13</sup> A Vontade Política, no entanto, refere-se aos escalões superiores dos funcionários públicos que, em certa medida, apóiam soluções políticas específicas para problemas específicos<sup>14</sup>; em essência, se a vontade Política não for "totalmente incluída" ou "comprada", então o conceito EA ideal permanece inatingível.

## **O que abrange a Governança do Oceano?**

A Governança dos Oceanos é a condução integrada da política, ações e assuntos relativos aos oceanos do mundo para proteger o meio ambiente oceânico, o uso sustentável dos recursos

<sup>10</sup> The Marine Executive, Piracy and Armed Robbery Rise in 2020 especially off West Africa. <https://www.maritime-executive.com/article/imb-piracy-and-armed-robbery-rise-in-2020-especially-off-west-africa>.

<sup>11</sup> Ibid .2020.

<sup>12</sup> <https://www.seapowerforafrica.com>.

<sup>13</sup> Okafor-Yarwood, I., Kadagi, N.I., Miranda, N.A.F., Uku, J., Elegbede, I.O. & Adewumi, I.J. The Blue Economy – Cultural Livelihood – Ecosystems Conservation Triangle: The African Experience. *Frontiers Marine Science*. 2020, 7,586.

<sup>14</sup> <https://www.definitions.net>.

costeiros e marinhos, bem como para conservar sua biodiversidade. Bailet menciona três elementos da governança dos oceanos, a saber:<sup>15</sup>

- Jurídico.
- Estrutura institucional.
- Mecanismo de implementação.

Todos os três elementos foram redigidos até certo ponto e existem em vários níveis dentro do continente africano.

O elemento Legal (Estado de Direito) existe na Carta de Lomé, que promove e sustenta os esforços para alcançar uma EA com a GO tornando a EIMA 2050 juridicamente vinculativa para todos os signatários. A legislação na ONU (UNCLOS / SOLAS, ODS 14), a UA e níveis de REC são fundamentais para garantir a gestão eficaz do domínio marítimo. A EA na África está alinhada e diretamente ligada ao ODS 14 da ONU, especificamente, que promove o “uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”. Propõe que ações como “fronteiras e progresso” requerem uma integração completa da Governança da EA em como os “recursos” criam novos espaços governáveis e apóiam certas formas de governar. A GO é, além disso, descrito como um “conceito de governo incerto”, significando uma abordagem que é provisória, revisável, dinâmica e aberta à experimentação e testada.<sup>16</sup>

A Estrutura Institucional já existe em várias CERs, Códigos de Conduta (Djibouti e Yaoundé), com centros de sensibilização do domínio marítimo, programa MASE (Centro de Fusão) no Oceano Índico, incluindo entre muitos acordos bilaterais e multilaterais.

O Mecanismo de Implementação existe na forma de Planos de Ação (alguns ainda em desenvolvimento) e Objetivos Estratégicos dentro da EIMA 2050, CERs, Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) Estratégia Integrada de Segurança Marítima (EIMS).

O processo de Governança dos Oceanos deve ser integrado horizontalmente porque requer a participação de todas as instituições governamentais, o setor privado, Organizações Não Governamentais (ONGs), acadêmicos, cientistas e se expande verticalmente em todos os níveis de governança. A arquitetura de compartilhamento de informações projetada na África Ocidental e Central demonstra uma participação horizontal trans-nacional semelhante, mesmo a nível regional, do Centro de Coordenação Inter-Regional Marítima (CIC), dos Centros de Coordenação Multinacional (CCM) para o CRESMAO regional (África Ocidental) para CRESMAC (África Central) permitindo a inclusão de todas as nações.

---

<sup>15</sup> [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/22828Pratikto\\_PPT.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/22828Pratikto_PPT.pdf).

<sup>16</sup> Nagy, H. & Nene, S. Blue Gold: Advancing Blue Economy Governance in Africa. Sustainability. 2021, 13, 7153.

Em nível nacional na RSA, por exemplo, a "Operação Phakisa"<sup>17</sup> foi bem orquestrada, ciente da participação horizontal e vertical da GO de todos os departamentos, instituições e partes interessadas relevantes, o que é evidente nos vários Laboratórios (áreas de foco crítico) e Iniciativas (dentro desses Laboratórios que abordam questões / alvos principais). O Laboratório da Economia Oceânica inclui o conceito de Governança Oceânica como uma das suas áreas críticas que incorpora princípios de Consciência, Vigilância e Monitorização do Domínio Marítimo.

A seguir estão algumas das maneiras importantes pelas quais a Governança dos Oceanos pode ser integrada e eficaz:<sup>18</sup>

- Comunicações eficazes que incluem streaming de voz e dados.
- Vigilância, monitoramento em MDACs e resposta com ativos como:
  - o Navios de Patrulha Offshore (OPVs)
  - o Barcos rápidos,
  - o Aeronaves de Patrulha Marítima (MPAs),
  - o Veículos Aéreos Não Tripulados (UAVs), a vigilância irá certamente auxiliar na utilização sustentável do ambiente marítimo por todas as partes interessadas relevantes.<sup>19</sup>
- Do ponto de vista de uma CER ou Código de Conduta, os militares com esses ativos estabelecidos poderiam fornecer a liderança e auxiliar seus parceiros regionais no fornecimento de assistência física em GO.

### **A relação entre a EA e a GO.**

A relação entre a EA e a GO é simplesmente indissociável, a EA em suma é um estado final ideal focado na sustentabilidade enquanto a GO é o meio de Ação, recursos disponíveis ou elementos para atingir o "ideal". O elo crítico entre a EA e a GO é a Segurança Marítima, tornando a necessidade de uma abordagem integrada no continente uma necessidade.<sup>20</sup> É necessária uma abordagem integrada e sustentável das oportunidades de desenvolvimento e econômicas do domínio marítimo, tornando a GO um componente crítico na "Gestão do Setor". Para garantir plenamente uma EA sustentável, a prioridade deve ser dada à "Governança", para o estabelecimento de MDAs e fiscalização da Segurança Marítima. Diz-se que a EA está abrindo as portas para a industrialização e o desenvolvimento econômico da África, algo que não pode ser alcançado de forma eficaz sem a GO.

<sup>17</sup> <https://www.operationphakisa.gov.za>.

<sup>18</sup> <https://au.int/en/documents/20130225/2050-aim-strategy>.

<sup>19</sup> <https://au.int/en/documents/20130225/2050-aim-strategy>.

<sup>20</sup> Royerppen, A. & F.A. Kornegay. 2015. A Focus on Current Issues: South (ern) Africa and the Indian Ocean – South Atlantic Nexus: Blue Economy and Prospects for Regional Cooperation. Issue 119/September 2015

De acordo com a fonte de Sustentabilidade, “Uma Boa GO poderia liberar todo o potencial dos oceanos para alcançar os resultados desejados em uma EA sustentável. No entanto, a UA precisa identificar lacunas nas estruturas existentes para que a GO apoie o caminho para alcançar uma EA.”<sup>21</sup> Essas lacunas serão identificadas na formulação de opções na última parte deste documento, mas para isso requer algumas considerações sobre a perspectiva da África sobre a governança dos oceanos.

## **O QUE SÃO AS PERSPECTIVAS DE ÁFRICA PARA A ECONOMIA AZUL**

### Um continente rico em minerais desconhecidos

Nagy e Nene descrevem o continente rico em recursos naturais vivos e não vivos, como “água, flora, fauna, vida selvagem, minerais e hidrocarbonetos que ainda estão sendo desperdiçados pela extrema pobreza”. Os países africanos podem e têm a oportunidade de diversificar as suas economias a partir dos vastos oceanos e recursos lacustres que estão presentes no continente, mas não é o caso, apesar da abundância de recursos naturais e da EA no continente”<sup>22</sup>. A maioria dos recursos permanece inexplorada/indescoberta devido à falta de recursos financeiros, governança deficiente e falta de vontade política. A extração dos ricos minerais e suprimentos de petróleo da África desde o período colonial até agora não trouxe mudanças significativas para o homem das ruas, nem para as economias africanas; na verdade, contribuiu para a ganância, a corrupção e a violência.

O resultado da degradação prolongada “induzida pelo homem” do oceano e dos recursos aquáticos está deteriorando o bem-estar e a saúde humana, o que está em contraste com o defendido no ODS 14. Nagy & Nene propõe que “África precisa coordenar políticas e mapas o seu próprio caminho identificando, definindo e compreendendo o que é prosperidade e progresso para o continente, ao mesmo tempo que encoraja o pensamento e práticas inovadoras que irão potencializar o crescimento humano e ecológico”.

A Agência Internacional de Energia estima que o potencial de energia renovável do oceano que o continente pode fornecer é de 400% da demanda global atual<sup>23</sup>. Tal potencial, embora países como a RSA atualmente sejam atormentados por blecautes não planejados e programas de redução de carga programados para lidar com a demanda de energia de uma economia faminta, um dos muitos mercados emergentes da África. A falta de energia no continente africano impacta diretamente no desempenho de nossas economias e meios de subsistência. Estes são alguns dos principais razões pelas quais a África requer uma abordagem holística para aproveitar o potencial de energia e recursos dentro da economia marítima.

### Disputas / Novas Fronteiras

Como a EA é priorizado como a “nova fronteira do Renascimento africano”, ele também pode levar ao surgimento de novas fronteiras, limites e disputas (expansão de ZEEs, por exemplo) dentro do

---

<sup>21</sup> Nagy, H. & Nene, S. Blue Gold: Advancing Blue Economy Governance in Africa. Sustainability. 2021, 13, 7153.

<sup>22</sup> Ibid 2021.

<sup>23</sup> Ibid. 2021.

domínio marítimo à medida que novos recursos e potenciais benefícios econômicos emergem. Isso requer compromisso com uma visão e estratégia continental mais integrada e compartilhada para orientar as respostas à insegurança marítima.

De acordo com Nagy e Nene, as novas indústrias emergentes na última década destacam várias oportunidades que existem para a industrialização e o desenvolvimento econômico, com mais de 200 milhões de pessoas dependendo de recursos como água doce e peixes marinhos para a segurança alimentar, dos quais aproximadamente 10 milhões de pessoas obter uma renda.<sup>24</sup> Isso atrai o interesse estrangeiro de nações e empresas mais ricas que têm o capital e a musculatura financeira para capitalizar essas oportunidades, comprar o burocrata e marginalizar a população africana como resultado da influência capitalista.

Diversas disputas territoriais e demarcações de pesqueiros surgiram no continente em diversos graus, apoiados por organismos externos e internacionais e prevê-se que continuem a se desenvolver ao longo do tempo, especialmente com a descoberta de recursos valiosos.

### Desafios de governança

É importante ter “boa governança e vontade política” para mitigar os efeitos negativos da falta de recursos financeiros, garantindo que os governos alinhem os problemas sociais e ambientais com os objetivos de inovação. A EA africana está alinhada e diretamente ligada aos ODS da ONU e, especificamente, ao ODS 14, que “promove o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”.<sup>25</sup> No entanto, os desafios reais de corrupção, influência política, capitalismo colonialismo e falta de infraestrutura e acessibilidade, dificultam a aplicação do “estado de direito” para garantir uma governança eficaz no domínio marítimo da África.

Moss afirma em seu relatório regional do Golfo da Guiné que “as instituições por si só não são suficientes para garantir um estado de direito efetivo devido à falta de capacidade de processar crimes ilícitos por muitos países da região, algo que é agravado pela corrupção generalizada no setor público”.<sup>26</sup> As várias formas de corrupção sistêmica ao oportunismo individual por meio de níveis de fraude, evasão tarifária e fiscal, suborno, desfalque e extorsão, para citar apenas alguns exemplos. A corrupção por diferentes grupos de interesse que se beneficiam de sistemas sociotécnicos dominantes é prevalente no espaço marítimo africano.<sup>27</sup> A economia azul é altamente multifacetada e interdependente, portanto, difícil de monitorar e administrar, o que significa que é importante estabelecer e aplicar estruturas regulatórias entre as nações africanas. O Conselho Consultivo da UA pode desempenhar um papel significativo no incentivo às nações africanas para lidar com as investigações relacionadas com a corrupção e, assim, promover a transparência que melhora a confiança e estabilidade dos investidores.

---

<sup>24</sup> Nagy, H. & Nene, S. Blue Gold: Advancing Blue Economy Governance in Africa. Sustainability. 2021, 13, 7153.

<sup>25</sup> Ibid,4.

<sup>26</sup> Moss, K. Policy beyond Counter-Piracy: Improving Maritime Enforcement Capacity, Fisheries, Coastal Welfare, and Rule of Law in the Gulf of Guinea (2020).

<sup>27</sup> Nagy, H. & Nene, S. Blue Gold: Advancing Blue Economy Governance in Africa. Sustainability. 2021, 13, 7153.



Moss acrescenta, além disso, que há uma falta de acordos de segurança marítima internacional e regional domesticados em partes da África onde as nações nunca implementaram totalmente todas as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre Crimes Organizados Transnacionais, que é uma estrutura fundamental para lidar com crimes ilícitos como IUU pesca e tráfico de entorpecentes.<sup>28</sup>

## **OPÇÕES PARA MELHORAR A GOVERNANÇA DO OCEANO**

“Objetivos ou Fins Estratégicos” existem dentro e entre as numerosas nações africanas por meio de acordos ou arranjos bilaterais, multilaterais de cooperação continental e regional estruturados. Um dos objetivos estratégicos comuns é a intenção de estabelecer e fazer cumprir o conceito de “Governança do Oceano” para que a “Economia Azul” idealista prospere e atenda às agendas de desenvolvimento nacional para eliminar a pobreza; reduzir a desigualdade e o desemprego por meio do crescimento econômico inclusivo (integrar e diversificar as atividades econômicas); criação de empregos, promoção da inclusão social e oportunidade sustentável de reconciliar o uso de recursos naturais por meio da conservação.

Estes “Objetivos” são alcançáveis através dos “Planos de Ação” determinados e acordados entre os signatários e atores nos níveis Continental, Regional, Sub-regional e Nacional / Departamental do Governo. Os Planos de Ação para que sua viabilidade de cumprir as tarefas tenha sido prejudicada por (Desafios e Vontade Política) uma falta de financiamento, especialmente dentro do clima econômico atual (Covid 19 e atrasos na cadeia de suprimentos logística), tornando os prazos amplamente inatingíveis e o cumprimento do estado final irrealista. Apesar de muitos desses desafios, o pequeno progresso, mesmo no nível nacional mais baixo, é o crescimento na direção certa, como a aquisição de recursos marítimos recentes, o estabelecimento de capacidades de domínio marítimo soberano em todo o continente africano e a conectividade de fusão de informação marítima em apoio aos parceiros regionais.

A recente crise de backlog de gerenciamento da cadeia de suprimentos que reverberou em todo o mundo como resultado direto da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e a mudança na mentalidade de compras da população global como resultado disso, está apenas congestionando o problema. Com o mundo já fortemente dependente do setor marítimo para o comércio global e, em última instância, nossos meios de subsistência pessoal e regional, isso deve fornecer mais motivação não apenas para expandir a infraestrutura da cadeia de abastecimento marítimo, mas para governar e proteger o Espaço Marítimo de forma eficaz.

Ao prosseguir nesta seção do documento, seria benéfico considerar o que existe para aprimorar a governança e o que não é. Reinventar a “roda” não é necessário, estratégias, mecanismos já existem, mas sim refinar a “banda de rodagem e o padrão da roda” para colocar a “roda em ação” é simplesmente necessário. Organizações como o “Mar Estável”<sup>29</sup> por exemplo, uma instituição transnacional sem fins lucrativos, fornece um índice de desempenho em Segurança e Governança Marítima para várias nações africanas que é feito continuamente e permite a identificação de áreas de fraqueza e pontos fortes. A inclusão de tais organizações investidas fornece suporte para melhorar a conscientização sobre questões marítimas e deve permanecer relevante e inclusiva

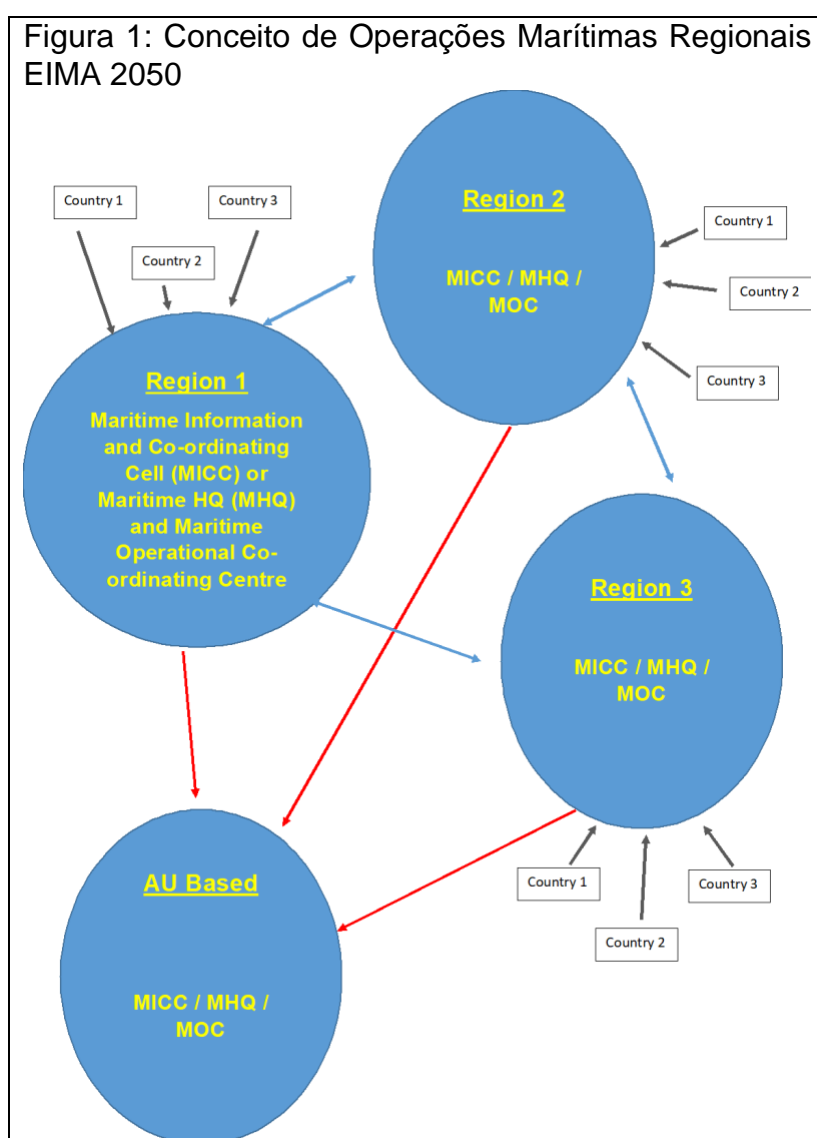
---

<sup>28</sup> Moss, K. Policy beyond Counter-Piracy: Improving Maritime Enforcement Capacity, Fisheries, Coastal Welfare, and Rule of Law in the Gulf of Guinea (2020).

<sup>29</sup> <http://www.stableseas.org>.

para as opções propostas. Este continua a ser um dos objetivos estratégicos da EIMA 2050 para envolver e incorporar a sociedade civil nas questões marítimas<sup>30</sup>.

A nível continental, a EIMA 2050 descreve claramente a criação e necessidade de Centros Operacionais Marítimos Regionais em parceria com as partes interessadas, permitindo a partilha de informações e governança regional.<sup>31</sup> A Figura 1 abaixo ilustra o conceito de Sede Marítima Regional (SMR) com Centros de Coordenação Operacional Marítima (COM) ou Células de Informação e Coordenação Marítima (CICM) em todas as CERs. As SMRs regionais e as MICCs / COMs devem ser interoperáveis e interligados entre si e com os SMRs e MICCs / COMs baseados na UA.



A Nível Regional, existem vários centros de coordenação de informação existentes (alguns parcialmente concluídos), tais como:

<sup>30</sup> <https://au.int/en/documents/20130225/2050-aim-strategy>.

<sup>31</sup> <https://au.int/en/documents/20130225/2050-aim-strategy>.

- Compartilhamento de informações na África Ocidental e Central (ilustrado na figura 2). Centros de Coordenação Regional do CRESMAO (CEDEAO, Côte d'Ivoire), CRESMAC (CEEAC, Congo), centros zonais e o centro de coordenação inter-regional nos Camarões.
- Programa MASE da Comissão da Região do Oceano Índico (ilustrado na figura 3), Centro Regional de Fusão de Informações Marítimas (Madagascar) e Centro de Operações de Coordenação Regional (Seychelles).
- Código de Conduta do Djibouti (ilustrado na figura 4), com Centros Regionais de Coordenação de Resgate Marítimo no Iêmen, Quênia e Tanzânia.
- Centros de Conscientização do Domínio Marítimo da SADC (MDACs) ou Centros de Coordenação Marítima (MOCC).
- o Projetos regionais como as Operações Marinhas e Costeiras para a África Austral (MarCOSouth) coordenados pelo Conselho de Pesquisa Científica e Industrial (CSIR) da RSA, compartilhando capacidades limitadas de instituições para Parceiros Regionais.

No entanto, existe uma lacuna em termos das “Regiões Norte a Noroeste” do continente que precisa ser considerada no Espaço MDA africano.

Figura 2: Centros de Coordenação Regional



Figura 3: Programa MASE da Comissão da Região do Oceano Índico

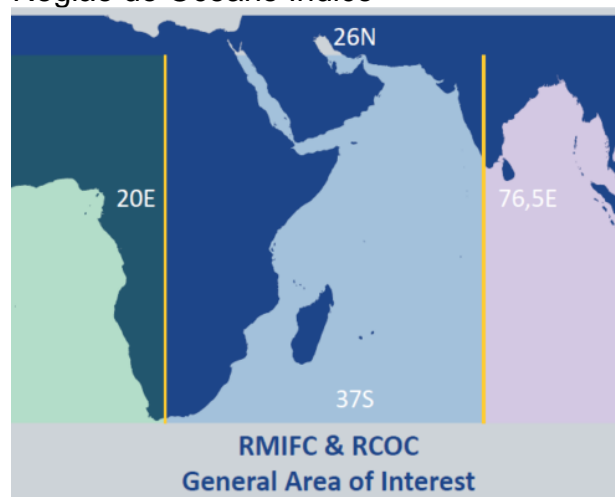


Figura 4: Código de Conduta do Djibouti



No Nível Nacional no caso da RSA, a “Operação Phakisa” por meio do CSIR fornece ao Sistema Nacional de Gestão de Oceanos e Informações Costeiras (SGOIC) ferramentas para que os Departamentos Nacionais acessem e coordenem os esforços para governar o espaço marítimo da RSA.

No Nível dos Simpósios de Poder do Oceano para África (SPAS), já foi determinado através das resoluções / acordos entre as nações participantes anteriores que a necessidade de adotar uma rede de informação de segurança marítima para melhorar o MDA, para ainda integrar o AIS para comunicação marítima continental e contribuir significativamente para a segurança dos meios marítimos com o apoio das nações navais mais estabelecidas na orientação e assistência a outras nações africanas menos desenvolvidas. A resolução SPAS de 2006 indicou que um componente Naval compreendendo 4 Grupos de Força Tarefa Navais faz parte das Forças de Reserva da UA, nomeadamente Norte-Egito, Oeste-Nigéria, Sul-África do Sul e Leste-Quênia. A exigência de uma cooperação continental / regional estruturada para tratar da governança marítima foi decidida em qualquer forma de acordos ou arranjos, como pode ser visto nos numerosos acordos regionais acima.

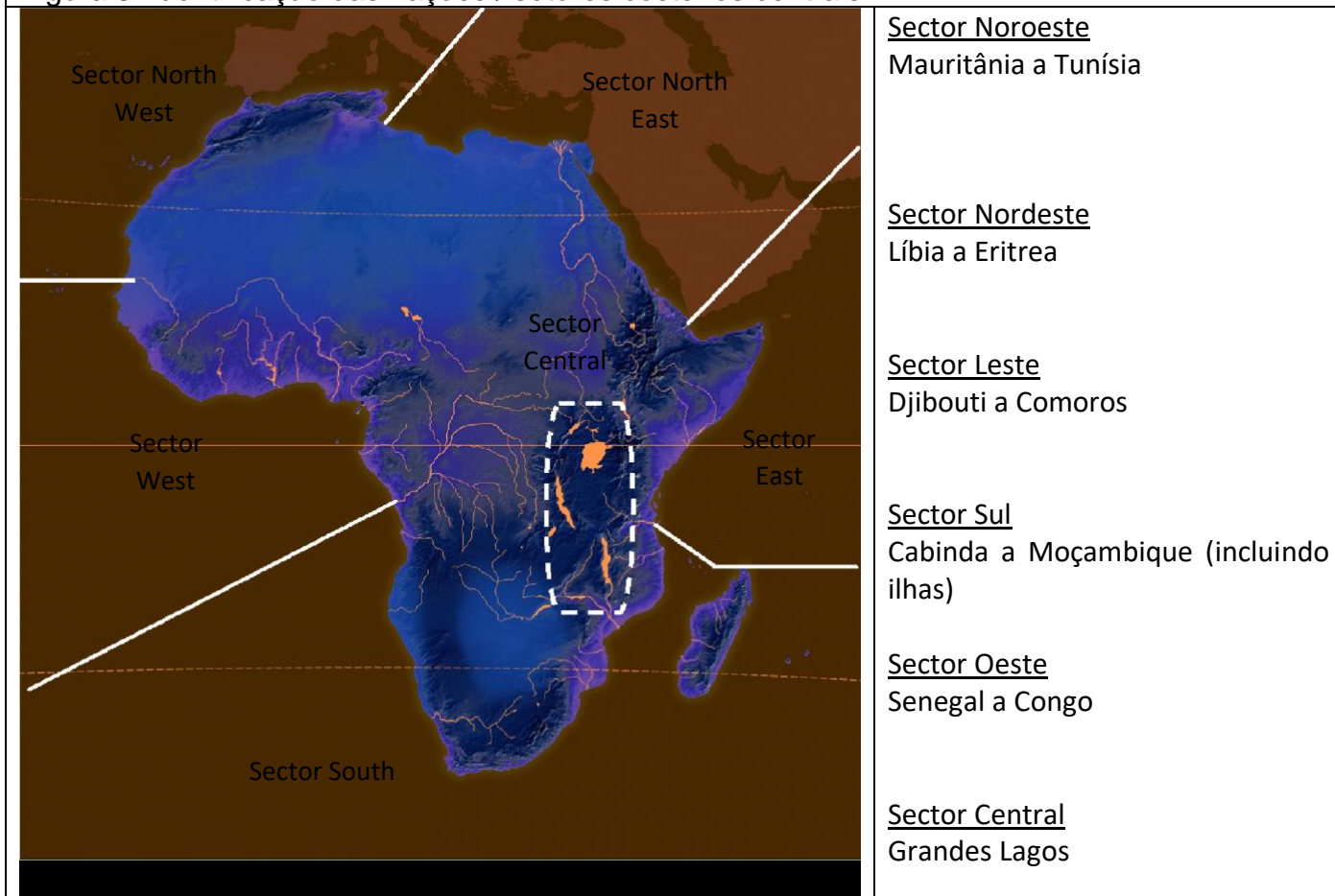
### **AS OPÇÕES RECOMENDADAS PARA MELHORAR A GO SÃO AS SEGUINTE:**

- A implementação dos Objectivos Estratégicos existentes de apoio à “Governança do Oceano”, como o SADC EIMS, que é semelhante aos seus parceiros regionais CEDEAO e ECCAS EIMS.
- Apoiar os Centros de Operação Marítima Regional EIMA 2050 entre o conceito de CERs para melhorar a consciência situacional e a eficácia / eficiência da Força de Reserva Africana. Isso inclui a troca de informações entre as nações ligadas aos seus respectivos Centros de Operações Regionais, troca de informações entre os Centros de Operações Regionais e, além disso, ligando esta informação ao centro da ASF baseado na UA, conforme ilustrado na figura 4.
- Identificar Nações Africanas que pertençam a várias CERs ou Nações Africanas que apenas se comprometam com uma CER a fim de garantir a interconectividade regional de MDA através dos canais diplomáticos existentes.
- Conhecendo as estruturas institucionais já em vigor, o realinhamento dos centros regionais / de conduta existentes (Yaoundé e Djibouti), coordenação bilaterais, multilaterais de MDA

ou centros de fusão, projetos nacionais com as seguintes considerações para finalizar a arquitetura:

- Pontos de estrangulamento, áreas de alta densidade de tráfego, incluindo águas africanas internas (Estreito de Gibraltar, Mar Vermelho, Golfo de Aden, Canal de Moçambique, África Austral, Golfo da Guiné, Região dos Grandes Lagos).
  - “Pontos quentes” proeminentes (crimes marítimos transnacionais) em todo o continente africano.
  - Identificação das nações / setores costeiros centrais (conforme ilustrado na figura 5) entre esses "pontos de estrangulamento", "pontos quentes", de forma **equidistante**, que **estabeleceram**:
    - Forças marítimas avançadas com capacidades de MDA, que são capazes e estão dispostas a monitorar, responder e apoiar as nações costeiras vizinhas.
    - Infraestrutura significativa (Portos, Rodovias, Ferrovias, Internet) e Segurança energética para expandir e apoiar uma infraestrutura MDA integrada.
    - Nações com a capacidade de “processar quantidades significativas de metadados” para disseminação posterior.
    - Nações que já têm uma pegada abrangente do Centro de Coordenação de Resgate Marítimo Internacional em apoio à expansão do MDA.
    - Nações que possuem capacidades soberanas de MDA existentes, tanto terrestres como terrestres e / ou por satélite, com intenções aspiracionais.
    - Nações com indicadores avançados de mar estável.
    - Considerar as mesmas 4 Nações do Grupo de Força Tarefa Naval a serem consideradas para isso, com a inclusão de outra (Nação Noroeste).
- A inclusão das Nações do Noroeste da África da CER, região da União do Magrebe Árabe (UMA), para estabelecer centros de coordenação central de MDA semelhantes aos vistos em outras partes do continente.
- A inclusão de um Centro Regional de Operação Marítima na região dos Grandes Lagos para incluir a Governança de Água Doce.
- A expansão e busca da tecnologia de satélite no continente para apoiar a Governança do Oceano na detecção de contatos escuros (aqueles sem contatos de transmissão), utilizando a tecnologia de Radar de Abertura Sintética (SAR) para auxiliar na correlação de contatos espúrios e falsificados com dados AIS recebidos.
- A inclusão dos recursos de Vigilância por Câmera Soberana e UAV deve ser integrada à arquitetura MDA para auxiliar na identificação e classificação do Alvo.

Figura 5: Identificação das nações / setores costeiros centrais



## CONCLUSÃO

O Nexo Crítico entre a “Economia Azul e a Governança do Oceano” é o crescimento sustentável, o desenvolvimento social e ambiental do continente africano. A Governança dos Oceanos está intrinsecamente ligada à Economia Azul, pois é o Meio pelo qual a sustentabilidade pode ser garantida.

A relação entre a EA e a GO é simplesmente indissociável, a EA no “estado final ideal” focado na sustentabilidade enquanto a GO é o meio de Ação, recursos disponíveis ou elementos para atingir o “ideal”. O elo crítico entre EA e GO é a Segurança Marítima (Ação), tornando a necessidade de uma abordagem integrada no continente uma necessidade.

Para garantir plenamente uma EA sustentável, deve ser dada prioridade aos “Mecanismos de governança”, como o estabelecimento de MDAs e a aplicação da Segurança Marítima.

A África continua ricamente dotada de riqueza mineral, com novas descobertas esperando para serem descobertas. Essas descobertas, no entanto, continuarão a criar novas fronteiras e disputas entre as nações que representam desafios para o continente. Espera-se que os desafios de

governança permaneçam em grande parte inalterados devido má governança política, vontade política, falta de desenvolvimento de infraestrutura, corrupção, capitalismo colonial, a menos que sejam implementadas estruturas para lidar com essas preocupações, de modo que os esforços de cooperação possam ser promovidos para liberar todo o potencial da EA.

As recomendações foram feitas tendo em consideração os Objectivos Estratégicos, Planos de Ação e intenções existentes a nível Continental e Regional. A implementação dos Centros de Coordenação Marítima Regional conceituais (EIMA 2050) no continente com o objetivo principal de integrar e observar o MDA é fundamental e deve permanecer o ponto focal de apoio aos esforços da ASF.

Centros regionais de informação / fusão / coordenação dos numerosos acordos a nível regional e nacional onde destacou e, além disso, identificou a exclusão dos Grandes Lagos e Setor Noroeste do continente, que também precisam ser endereçados e fatorados na arquitetura MDA.

As recomendações foram feitas a partir de uma "Abordagem do Setor Continental" combinando arquiteturas de rede MDA existentes utilizando "Nações Marítimas Estabelecidas" equidistantes, centralmente localizadas dentro de pontos de estrangulamento e Áreas de Alto Risco com a ideia de expandir seu MDA regional para nações vizinhas e para apoiar fisicamente ou fazer cumprir "Segurança Marítima" por meio da alocação de recursos marítimos para "Governar seu Espaço Oceânico alocado".